



COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ nº 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração 2016

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004. A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e, em todos os projetos de PPP, a Companhia atua de forma coordenada com a Unidade de Parcerias Público-Privadas - UPPP, hoje vinculada à Subsecretaria de Parcerias e Inovação da Secretaria de Governo.

Em 2016, a continuidade da forte retração econômica aliada a incerteza nas condições de financiamento tanto para o setor público quanto para o setor privado afetou o fluxo de projetos analisados e pautados no CGPPP, o que direcionou os esforços das equipes técnicas na estruturação de projetos autossuficientes ou que demandassem menor participação pecuniária do Estado. Durante o período não foram assinados novos contratos de PPP. Nesse contexto, a CPP participou de diferentes estudos para novas Parcerias Público-Privadas e, em maior intensidade, mediante indicação do Secretário da Fazenda, participou de estudos para novos projetos de concessão. Na condição de garantidora das obrigações assumidas pelos contratos de PPP, a Companhia constituiu as garantias do Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista - SIM VLT, cujo contrato de concessão havia sido assinado em 2015. Além disso, e conforme sua missão institucional, a CPP geriu sua carteira de ativos livres e acompanhou o comportamento dos ativos financeiros segregados que respondem pela garantia solidária prestada a determinadas obrigações assumidas pelo Estado.

1 Contratos de PPP já assinados e em execução nos quais a Companhia participa como interveniente garantidora

Linha 4 - Amarela do Metrô de SP - O contrato de concessão patrocinada, que prevê a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e a Concessionária Via Quatro S.A. em 29 de novembro de 2006. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia a determinadas obrigações assumidas pelo Estado com penhor de quotas de fundo de investimento.

Reforma e Capacitação dos Trens da Série 5000 / Modernização dos trens da Linha 8 (Diamante) da CPTM - O contrato de concessão administrativa, com prazo de 20 anos, prevê a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção em 19 de março de 2010. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos.

Linha 6 (Laranja) do Metrô - Contrato de concessão patrocinada para implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação e conservação da linha que ligará Brasília a São Joaquim. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e o Consórcio Move SP, em 18 de dezembro de 2013. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento e previsão de reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais.

FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasileiro - Contrato de concessão administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasileiro, com fornecimento de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde. O contrato foi firmado entre a Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" (FURP) e a empresa CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A em 22 de agosto de 2013. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, calculadas de acordo com o volume de medicamentos fornecido, com penhor de quotas de fundo de investimento.

Habitação - O contrato de concessão administrativa para implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo - Lote 1 compreende: a construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. O contrato foi firmado pela Secretaria de Habitação com a empresa PPP Habitacional

SP Lote 1 S.A. em 25 de março de 2015. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento.

SIM da Baixada Santista - Contrato de concessão patrocinada para expansão, operação, fornecimento de sistemas, veículos e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal por ônibus e VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). O contrato foi assinado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM em 23 de junho de 2015 com a empresa BR Mobilidade Baixada Santista S.A.. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 meses para alguns componentes da contraprestação, com penhor de quotas de fundo de investimento.

Complexos Hospitalares - Contratos de concessão administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de Sorocaba (Lote 1) e Hospitais de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (Lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, e para os Hospitais que já superaram a etapa preliminar (Sorocaba e São José dos Campos), a CPP presta garantia de 5 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento.

2 Novos projetos de concessão em fase de estudos e desenvolvimento

No tocante a novos projetos de PPP submetidos pelas áreas governamentais ou pela iniciativa privada, a atuação da CPP desenvolve-se em estreita colaboração com a Unidade de PPP e com a Secretaria Executiva do Conselho Gestor, ainda que com particular ênfase nos aspectos financeiros dos projetos apresentados. Dentre os projetos que foram objeto de desenvolvimento sob coordenação da Secretaria Executiva estão os projetos de PPP da Linha 8 e 9 da CPTM, as PPPs de Habitação - Lote 2 e Fazenda Albor. A Companhia, como integrante do Grupo de Trabalho (GT) contribui, em conjunto com integrantes da Secretaria da Fazenda, da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria de Planejamento e Gestão da Unidade de Parcerias Público-Privadas, da Secretaria de Governo e com a Secretaria de Estado diretamente envolvida com a parceria proposta, na definição da modelagem final a ser apresentada ao Conselho Gestor.

Os diretores da Companhia, sempre mediante indicação do Secretário da Fazenda, também participam da análise de outros projetos de concessão trazidos à consideração do Conselho Diretor do Programa de Desestatização - CDPED. Assim, em 2016, integraram o Comitê de Análise Preliminar (CAP), em conjunto com representantes da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria de Planejamento e Gestão, da Unidade de Parcerias Público-Privadas, da Secretaria de Governo, com a Secretaria de Estado diretamente envolvida, e subsidiaram a decisão do CDPED sobre a inclusão dos seguintes projetos na carteira do programa: da concessão dos Aeroportos de Aviação Regular do Daesp, da concessão do Parque Estadual de Campos do Jordão, do Parque Capivari, do Auditório Claudio Santoro e do Museu Felícia Leirner, da concessão de Parques Metropolitanos (Jaraguá, Alberto Lofgren, e Cantareira) e da concessão dos Pátios Veiculares. Participaram, com os mesmos integrantes já citados acima, dos Grupos de Trabalho (GT) na definição da modelagem final a ser apresentada ao CDPED da concessão da **Linha 05 Lilás e 17 Ouro do Metrô**, dos Serviços de Identificação Digital; do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros da EMTU; da Linha 15 Prata do Metrô; dos Aeroportos Aviação Executiva do Daesp e do Transporte Intermunicipal de Passageiros da Artesp.

3 Gestão Financeira

A administração financeira da CPP pauta-se pela otimização da utilização dos ativos inicialmente recebidos do Estado e pela preservação de um equilíbrio entre liquidez e rentabilidade dos mesmos, compatível com o perfil e o horizonte dos projetos que deverão comportar sua participação.

Além dos fundos exclusivos constituídos em garantia às obrigações firmadas nos contratos de PPP e no contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, firmado entre o Estado de São Paulo e o BNDES, a CPP possui ações PNB de emissão da CESP, recebíveis do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP) e disponibilidades aplicadas junto ao Banco do Brasil S.A., os quais compõem um portfólio de ativos de boa qualidade e que estão aptos a serem utilizados para prestação de garantias de obrigações eventualmente assumidas pela Administração Pública junto a parceiros privados.

Em 2016 ingressaram R\$ 70.528.446 (setenta milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) correspondentes aos créditos dos recebíveis do DER, adquiridos em 2005 e 2006, relativos ao ônus fixo previsto nos contratos de concessão rodoviária firmados entre o Estado de São Paulo e as Concessionárias Autoban, Vianorte e Triângulo do Sol. Ingressaram, ainda, R\$ 6.648.302 (seis milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, trezentos e dois reais) correspondentes, essencialmente, ao recebimento de Dividendos das ações preferenciais de classe B de emissão da CESP - Companhia Energética de São Paulo, adquiridas pela CPP em 2006. Tais montantes foram, predominantemente, aplicados no Fundo Exclusivo BB CPP PROJETOS e também utilizados para o pagamento de Juros sobre Capital Próprio/Dividendos aos acionistas da Companhia, que no decorrer do exercício de 2016 alcançaram R\$ 45.715.673 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quinze mil e seiscentos e setenta e três reais). No seu conjunto, a rentabilidade dos ativos financeiros da CPP foi superior à variação do CDI no ano de 2016.

As disponibilidades financeiras da CPP e os valores em garantia na posição de 31/12/2016 são apresentados no quadro abaixo:

Fundos de Investimentos BB	Valor (R\$ 1)
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP	290.790.302
BB Referenciado DI TIT PUBL FI LP	97.221.976
BB Tesouro SP II FI RF	90.164.597
Total em Caixa e Equivalentes de Caixa	478.176.875
BB FI CPP Linha 4 RF (Linha 4/Metrô)	509.206.886
FDO BB RF CPP FIC FI (Contrato BNDES)	43.990.892
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP (FURP)	55.851.432
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP (Linha 6 Metrô)	297.701.384
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP (Habitação)	2.268.961
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP (Hosp SJC)	25.169.675
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP (Hosp Sorocaba)	30.760.940
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP (RMBS)	13.465.539
Total em Garantias	978.415.709

Em relação às disponibilidades financeiras é importante registrar que todos os custos administrativos e tributários da empresa devem ser pagos com os rendimentos dessas aplicações, já que os rendimentos dos fundos segregados integram as respectivas garantias. Por outro lado, a CPP já assinou como interveniente garantidora contratos de PPP que ainda não tiveram superada sua etapa preliminar e, portanto, ainda não demandaram a formalização das garantias (como é o caso, por exemplo, da PPP da Linha 18 e do Centro de Referência em Saúde da Mulher, no centro de São Paulo). Há também contratos em execução em que já existe a previsão de elevação do valor das garantias de acordo com marcos pré-determinados. E há ainda projetos de PPP em estudos, especialmente na área habitacional, que eventualmente poderão demandar algum aporte de garantias por parte da CPP. Todas essas destinações presentes e potenciais devem, portanto, ser respaldadas pelos ativos financeiros contabilmente classificados como disponíveis, o que é condizente com os objetivos e natureza das operações da CPP, em especial a prestação de garantias.

Em abril de 2016, o Conselho de Administração propôs e restou aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas a destinação do Lucro do Exercício de 2015 no valor de R\$ 213.006.031 (duzentos e treze milhões, seis mil, e trinta e um reais): R\$ 84.075.546 (oitenta e quatro milhões, setenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e seis reais) como créditos aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, sendo R\$ 50.588.932 imputado ao dividendo mínimo obrigatório, e R\$ 33.486.614 como integralização de capital; R\$ 10.650.301 (dez milhões, seiscentos e cinquenta mil, trezentos e um reais) equivalentes a 5% do Lucro Líquido deduzidos dos Juros sobre Capital Próprio, para a conta Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76; e do restante do Lucro Líquido do exercício de R\$ 118.280.183 (cento e dezoito milhões, duzentos e oitenta mil, cento e oitenta e três reais) mantidos em Reserva de Lucros.

A Companhia tem participação acionária na Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. correspondente a 20.000 ações ordinárias nominativas, na Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, correspondente a 1.000 ações ordinárias nominativas, integralizadas nos exercícios de 2008 e 2009, respectivamente, além da participação acionária na Companhia Energética de São Paulo - CESP, no montante de 13.793.103 ações preferenciais classe B, adquiridas em dezembro de 2006.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31/12/2016 e 31/12/2015 (Valores expressos em milhares de reais R\$)

Ativo	Notas Explicativas		31/12/16	31/12/15
	Circulante		490.916	522.333
Caixa e Equivalentes de Caixa		478.177	488.738	
Bancos	4	-	1	
Aplicações Financeiras	4	478.177	488.737	
Direitos Realizáveis		12.739	33.595	
Créditos a receber	5	6.276	31.241	
Adiantamento a funcionários		6	6	
Impostos e Contribuições a compensar	6	6.457	2.348	
Não Circulante		1.164.608	981.439	
Realizável a Longo Prazo		978.416	796.466	
Fundo de investimento em garantia	7.1	978.416	796.466	
Investimentos		186.189	184.968	
Imobilizado		3	5	
Total do Ativo		1.655.524	1.503.772	

Demonstração do Resultado em 31/12/2016 e 31/12/2015 (Valores expressos em milhares de reais R\$)

Receitas (Despesas) Operacionais	Notas Explicativas		31/12/16	31/12/15
	Administrativas		(16.250)	(8.610)
Honorários de administradores e salários	14	(2.166)	(2.190)	
Publicação Legal		(107)	(79)	
Serviços de terceiros		(353)	(233)	
Despesas Gerais e Administrativas		(54)	(20)	
Outras Despesas indedutíveis		(97)	(506)	
Patrocínios e doações	15	(1.400)	(1.115)	
Despesas Tributárias		(12.071)	(4.465)	
Depreciação e Amortização		(2)	(2)	
Financeiras		141.717	168.847	
Receitas financeiras		247.289	186.189	
Juros sobre o capital próprio	9	(112.171)	(84.076)	
Despesas Financeiras		(49)	(225)	
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		6.648	66.959	
Outras Receitas Operacionais		101	-	
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro e Reversões		125.568	160.237	
Apuração de Tributos		(41.443)	(31.307)	
Imposto de Renda	13	(30.096)	(22.718)	
Contribuição Social sobre o Lucro	13	(11.347)	(8.589)	
Resultado antes Reversões		84.125	128.930	
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		112.171	84.076	
Lucro Líquido do Exercício		196.296	213.006	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (apresentado em Reais)		161	180	

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31/12/2016 e 31/12/2015 (Valores expressos em milhares de reais R\$)

Atividades Operacionais	31/12/16	31/12/15
	Lucro líquido do exercício	196.296
Ajustes por:		
Depreciação	2	2
Receitas financeiras de longo prazo (Investimentos em garantia)	(139.461)	(87.706)
Baixa de investimento	20	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	56.857	125.302
(Aumento) Redução em Créditos a Receber	24.965	27.330
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários	-	(6)
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Compensar	(4.109)	837
(Aumento) Redução em Aluguel de Equipamentos	-	5
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	(42.489)	9.706
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	70	(5)
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	(125)	(1.836)
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas	(15)	51
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	35.154	161.384

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Dividendos Pagos	-	(20.966)
Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	(45.715)	(69.422)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos	(45.715)	(90.388)
Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(10.561)	70.996
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	488.738	417.742
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	478.177	488.738
	(10.561)	70.996

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2016 e 31/12/2015 (Valores expressos em milhares de reais R\$)

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	196.296	213.006
Ajustes de avaliação patrimonial: ações CESP, (Nota explicativa 8)	1.241	(184.965)
Resultado Abrangente do Exercício	197.537	28.041

...continua

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Referentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais R\$)

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
		Capital Integralizado	Reserva Legal de Lucros			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		1.184.908	43.595	137.148	-	1.535.444
Distribuição de Lucro		-	-	(20.966)	-	(20.966)
Juros Sobre o Capital Próprio		-	-	(84.076)	-	(84.076)
Lucro líquido do período		-	-	213.006	-	213.006
Constituição de Reserva		-	10.650	(10.650)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial (valor de mercado ações)		-	-	-	(184.965)	(184.965)
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	118.280	(118.280)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		1.184.908	54.245	234.462	(15.172)	1.458.443
Aumento de capital através da integralização dos Juros sobre Capital Próprio, conforme A.G.O.E. de 29/04/2016		33.487	-	-	-	33.487
Juros Sobre o Capital Próprio	9	-	-	(112.171)	-	(112.171)
Lucro líquido do exercício		-	-	196.296	-	196.296
Constituição de Reserva		-	9.815	(9.815)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial (valor de mercado ações)	8	-	-	-	1.241	1.241
Transferência para a Reserva de Lucros		-	-	74.310	(74.310)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		1.218.395	64.060	308.772	(13.931)	1.577.296

1. Contexto Operacional: A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007 e Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. **2. Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das SAs nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 10 de fevereiro de 2017. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Real (R\$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado. **Demonstração do Resultado Abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscas insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período. b) **Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros não derivativos:** A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2016: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. (i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da empresa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (ii) **Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento:** São ativos financeiros não derivativos, que a empresa tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento. São registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acréscido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício. (iii) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por valores a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acréscido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. (iv) **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. As operações que envolvem instrumentos financeiros destinam-se a atender às necessidades da Companhia quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à preservação de sua capacidade financeira para apoiar, observadas as diretrizes e os limites legais para sua atuação, a viabilização de projetos de interesse da administração do Estado de São Paulo. c) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment"):** **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. d) **Imobilizado:** **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue:

Móveis e utensílios 10 anos
Softwares e Equipamentos de informática 5 anos
e) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. f) **Apuração do Resultado:** As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. g) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social são registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. h) **Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Composição:

Descrição	31/12/16	31/12/15
Bancos	-	1
Aplicações Financeiras (*)	478.177	488.737
	478.177	488.738

(*) Relação das aplicações financeiras em fundos de investimento em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Descrição	31/12/16	31/12/15
CPP Projetos	290.790	380.469
BB REF DI TP FI LP	97.222	27.679
BB TESOURO SP II FI	90.165	80.589

(*) Composição das aplicações financeiras, por tipo/fundo

Descrição	31/12/16	31/12/15
Aplicações Financeiras (*)	478.177	488.737

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI. **5. Créditos a Receber:** Referem-se aos direitos de crédito de titularidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, correspondentes ao ônus relativo aos contratos de concessão rodoviária firmados entre DER/SP e as concessionárias Autoban, Triângulo do Sol e Vianorte, adquiridos pela companhia em 29 de agosto de 2005, pelo valor de R\$ 200.492. Esses créditos foram realizados dentro do cronograma definido, no período de 2006 a 2013. Em 05 de setembro de 2006 foi firmado um aditivo ao contrato de cessão de direitos de crédito entre a CPP e o DER/SP.

Por meio do aditivo, a CPP adquiriu mais uma parcela do fluxo de recebíveis referente ao ônus fixo relativos aos contratos acima mencionados, pelo valor de R\$ 100.000. O recebimento integral dos referidos créditos deverá ocorrer no período entre 2007 a 2016. Em janeiro de 2007 a Companhia concluiu a aquisição de créditos a vencer no exercício de 2014 no total de R\$ 37.601, conforme previsto no contrato firmado em 29 de agosto de 2005. Os créditos vencidos em 2014 foram adquiridos em quatro parcelas trimestrais, perfazendo um desembolso total de R\$ 18.312. Em março de 2008 a CPP cedeu em favor do BNDES, os créditos relativos à concessionária Vianorte, conforme disposto no Contrato de Penhor BNDES e na 2ª Alteração do Contrato de Cessão de Direitos de Créditos. Em 24 de novembro de 2009, conforme deliberação do Conselho de Administração, a CPP autorizou o Poder Concedente a utilizar as parcelas de recebíveis correspondentes ao pagamento do ônus fixo, de titularidade da CPP, devido pela concessionária Autoban, relativas aos períodos de novembro de 2009 e abril de 2010 substituindo-as por outras, de igual natureza, referentes aos anos entre 2015 a 2016. Em 13 de janeiro de 2010 essa alteração foi formalizada por meio de aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Créditos. Em 28 de fevereiro de 2011 a CPP assinou, como interveniente-garantidora, o Aditivo nº 06 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, de 27 de junho de 2002, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Por força do referido aditivo, a CPP vinculou ao contrato a integralidade das quotas do fundo exclusivo BB Renda Fixa CPP LP FIC FI, especificamente criado para prestação de garantia ao BNDES, e parte dos recebíveis que adquiriu junto ao DER, correspondentes ao contrato da Concessionária Triângulo do Sol. O fluxo estimado total a receber em janeiro de 2017 é de R\$ 6.276. O ônus fixo é reajustado anualmente pelo IGP-M, em 1º de julho. A distribuição entre os ativos circulante e realizável a longo prazo foi efetuada levando-se em consideração os prazos de realização previstos no cronograma firmado e pelo valor do principal, devidamente atualizado. Os valores a receber a título de juros são contabilizados à medida do seu efetivo recebimento mensal e integram apenas o ativo circulante.

Descrição	31/12/16	31/12/15
Ativo Circulante	6.276	31.241
Total	6.276	31.241

6. Impostos e Contribuições a Compensar: Os créditos de impostos e contribuições a compensar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	31/12/16	31/12/15
PIS e Cofins a Recuperar	3	13
Estimativas de CSLL não compensadas de 2015	-	2.335
Estimativas de IRPJ não compensadas de 2016	1.914	-
Estimativas de CSLL não compensadas de 2016	4.540	-
Total	6.457	2.348

6.1 Créditos de IRPJ, ano-calendário de 2006: O processo administrativo nº 10880-994.680/2011-72, junto à Receita Federal do Brasil, cuja demanda decorre de não-homologação de créditos tributários de IRPJ pertencentes ao ano-calendário de 2006 teve decisão proferida pelo CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) em 07/06/2016 determinando a realização de perícia acerca da qualidade dos referidos créditos. Assesores jurídicos, motivados principalmente pela qualidade dos documentos comprobatórios juntados ao processo, opinam favoravelmente a chance de ganho atribuída à companhia. **7. Garantias Prestadas:** Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas e aquelas ainda por constituir: **7.1. Fundos de Investimento em Garantia - Garantias já Constituídas:** A CPP possui hoje três fundos de investimento vinculados a garantias oferecidas pela companhia a operações do Estado de São Paulo. O primeiro é o Fundo de Investimentos CPP - Linha 4 - Renda Fixa, constituído pela CPP para atender as obrigações previstas no contrato de concessão patrocinada na **Linha 4** do Metrô, assinado em 29 de novembro de 2006. A CPP é titular única e exclusiva das cotas, cuja totalidade foi dada em penhor à Concessionária da linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., por meio de contrato assinado em 22 de dezembro de 2006. Trata-se da prestação de garantia solidária ao Estado na mitigação do risco de atraso de diferentes eventos relacionados à implementação do empreendimento, e no pagamento da contraprestação pecuniária. O valor originalmente aplicado de R\$ 173.500, acréscido de rendimentos líquidos auferidos até 31 de dezembro de 2016, totalizando R\$ 509.207 (R\$ 438.477 em 31 de dezembro de 2015), deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas. O segundo é o Fundo BB Renda Fixa CPP LP FIC FI, cujo saldo aplicado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 43.991 (e em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 39.353), que foi integralmente vinculado ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo em 27 de junho de 2002. Por força do Aditivo nº 6, celebrado em 28 de fevereiro de 2011 e assinado pela CPP na qualidade de interveniente-garantidora, as cotas do referido fundo foram dadas em complementação às garantias já existentes no contrato - que incluem a vinculação de recebíveis de titularidade da CPP conforme explicitado na Nota nº 4 - e permitiram a liberação de outros ativos de titularidade do Estado anteriormente dados em garantia. Em 13 de outubro de 2014, por meio da Carta AS/DEURB 078/2014, o BNDES concordou com a liberação, conforme previsão contratual, de 11.200.000 cotas do fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimento, as quais permanecem ainda aplicadas no referido fundo, por opção da companhia, em função do bom desempenho do fundo às opções disponíveis de aplicação. Em janeiro de 2013, a CPP constituiu o Fundo de Investimento CPP Projetos, com objetivo de concentrar em um fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. A primeira garantia constituída com base nesse fundo foi o penhor de parte das cotas do Fundo CPP Projetos (no valor de R\$ 55.851 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 50.018 em 31 de dezembro de 2015) com vistas a garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela implantação da PPP da Fundação para o Remédio Popular - FURP, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa assinado em 22 de agosto de 2013 entre a Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. (CPM) e a FURP, com interveniência do Estado de São Paulo e, na qualidade de Interventente Garantidora, da CPP. A garantia da CPP visa cobrir o equivalente a 6 (seis) parcelas da Contraprestação mensal prevista no Contrato de Concessão e foi formalizada por meio do Contrato de Penhor e Outras Avenças, assinado em 03 de fevereiro de 2014, entre a FURP, a CPP, a CPM e com a interveniência do Banco do Brasil S.A. A segunda garantia constituída com base no referido fundo foi o penhor de 203.958.857 cotas do Fundo CPP Projetos (R\$ 297.701 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 266.605 em 31 de dezembro de 2015) para garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** - Laranja do Metrô de São Paulo. A terceira garantia constituída com base no Fundo CPP Projetos foi formalizada em setembro de 2015 e refere-se à chamada PPP da **Habitação**, apresentando saldo aplicado de R\$ 2.269 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 2.013 em 31 de dezembro de 2015. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação, estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo, conforme Contrato de Concessão assinado em 23 de março de 2015. A quarta garantia (**Complexos Hospitalares**) - decorrente dos Contratos de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e Manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (lote 1) e Hospital Estadual de Sorocaba (lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e, respectivamente, a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e a Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. - foi constituída com base no Fundo CPP Projetos em janeiro de 2016 apresentando os saldos em 31 de dezembro de 2016 de, respectivamente, R\$ 25.170 (Lote 1, Hospital Estadual de São José dos Campos) e R\$ 30.761 (Lote 2 - Hospital Estadual de Sorocaba), ambas para fazer frente ao valor correspondente a 5 (cinco) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado. A quinta garantia - vinculada à PPP do Sistema Integrado Metropolitano - **SIM - da Baixada Santista**, que decorreu do contrato concessão patrocinada assinado em 23 de junho de 2015 entre o Poder Concedente e BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE - foi

constituída em junho de 2016, apresentando o saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.466, para fazer frente ao valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado. **7.2. Fundos de Investimento em Garantia - Garantias a Constituir:** Os contratos de concessão informados a seguir apresentam a obrigatoriedade de constituição de garantias pela CPP. Estas serão constituídas através do penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado "BB CPP Projetos", da qual a CPP é cotista exclusiva. Esta obrigatoriedade decorre da Companhia Paulista de Parcerias - CPP figurar como parte nestes contratos, assumindo responsabilidades como Interventente Garantidora, na qualidade de fiadora solidária para o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, que é o Estado de São Paulo. Os referidos contratos apresentam os seguintes detalhes pertinentes dentro da atuação da CPP: **Linha 18** - Bronze: Em 22 de agosto de 2014 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada de Prestação dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros da Linha 18 - Bronze da Rede Metrôviária de São Paulo. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo e a Empresa Concessionária do Monotrilho da Linha 18-Bronze S.A. A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao pagamento do valor correspondente a 6 (seis) Contraprestações Pecuniárias mensais, vigorando até a liquidação final da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado. **Complexos Hospitalares:** Relaciona-se ao Contrato de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e Manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (lote 1), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A., sendo aplicável apenas à garantia do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, posto que a garantia relacionada ao Hospital Estadual de São José dos Campos já foi constituída. **7.3. Garantias Constituídas sob Outras Modalidades: CTRENS:** Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de até R\$ 58 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. **Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 7.1 supra:** A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese do Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 7.1 supra. A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários: **FURP:** Até 3 (três) contraprestações básicas mensais. **Linha 6:** Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais. **Linha 18:** Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais. **8. Investimentos - Participação Societária:** Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía as seguintes participações:

Descrição	Quantidade de ações	Tipo de ações	31/12/16	31/12/15
CESP	13.793.103	Preferenciais	186.069	184.828
Desenvolve SP	20.000	Ordinárias	20	20
CPSEC	1.000	Ordinárias	100	100
CPETUR	20.000	Ordinárias	-	20
Total de Investimentos			186.189	184.968

Ações CESP: As ações da CESP (CESP6) estão contabilizadas pelo custo histórico, ajustado pelo seu valor de mercado, e representam a titularidade de 13.793.103 ações preferenciais (escritural B), custodiadas no Itaú Unibanco S/A. Seu valor de mercado, segundo cotação na BOVESPA de 31 de dezembro de 2016 correspondia ao valor total de R\$ 186.069, conforme demonstrado na movimentação abaixo:

Descrição	Quantidade de ações	Preço da ação	Valor justo
Em 31 de dezembro de 2014	13.793.103	26,81	369.793
Ajuste a valor justo			(184.965)
Em 31 de dezembro de 2015	13.793.103	13,40	184.828
Ajuste a valor justo			1.241
Em 31 de dezembro de 2016	13.793.103	13,49	186.069

CPETUR: A Companhia Paulista de Eventos e Turismo (CPETUR) encorreu o processo de liquidação com patrimônio líquido negativo, sem haveres, desse modo, reconhecemos a perda por *impairment* do investimento com redução a zero do valor recuperável.

9. Juros sobre Capital Próprio: O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 76.759, resultante da movimentação ocorrida, como segue:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.135
Provisões constituídas no período	84.076
Pagamentos efetuados no período	(69.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	43.790
Provisões constituídas no período	112.171
Aproveitamento como aumento de capital	(33.487)
Pagamentos efetuados no período	(45.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	76.759

10. Tributos e Contribuições Sociais:

Descrição	31/12/16	31/12/15
IRRF sobre folha de pagamento	61	131
PIS a recolher	149	131
Cofins a recolher	918	803
IRPJ sobre lucro	-	188
Total	1.128	1.253

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente. Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente. Os tributos IRPJ e CSLL estão representados pelos valores incorridos entre janeiro e dezembro de 2016, incidentes sobre lucro auferido até 31/12/2016, líquido das estimativas pagas até 31/12/2016. A forma de apuração está explicada na Nota Explicativa nº 13.

11. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.218.394.622,19, em moeda corrente nacional, composto pela participação do Estado de São Paulo, com 1.218.394.606 ações ordinárias nominativas, correspondentes a R\$ 1.218.394.606,13, e da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, com 16 ações ordinárias nominativas, correspondente a R\$ 16,06. O capital autorizado é de R\$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária. **b) Reserva Legal:** A companhia adota no presente exercício como base para o cálculo da Reserva Legal correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício. **c) Reserva de Lucros:** São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia.

12. Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente com operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/16	31/12/15
Rendimentos de aplicações financeiras	201.544	144.976
Juros e correção monetária sobre direitos de crédito	45.563	40.820
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	6.648	66.959
Outras receitas financeiras	182	393
Total de receitas financeiras	253.937	253.148
Juros sobre capital próprio	(112.171)	(84.076)
Outras despesas financeiras	(49)	(225)
Total de despesas financeiras	(112.220)	(84.301)
Resultado financeiro líquido	141.717	168.847

continuação...

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

13. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A provisão para o imposto é calculada à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10%, o que exceder a R\$ 20.000/mês sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente. A provisão para a contribuição social é calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente. A seguir, demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a dezembro de 2016:

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31/12/16	31/12/15
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	125.568	160.237
(+) Adições	1.709	2.187
(-) Excluídas	(1.197)	(66.995)
Base de cálculo	126.080	95.429
Provisão para o imposto de renda (corrente)	30.096	22.718
Provisão para a contribuição social (corrente)	11.347	8.589

14. Honorários de Administradores e Salários: Do montante de R\$ 2.166 (R\$ 2.190 em 31/12/2015), correspondentes aos honorários de administradores e salários, as remunerações do pessoal chave da administração da companhia em 31 de dezembro de 2016 corresponderam aos seguintes valores:

Conselho de Administração
Mario Engler Pinto Junior Karla Bertocco Trindade Maria Lucia Barros de Azambuja Guardia

Descrição	31/12/16	31/12/15
Honorários de diretoria	632	479
Bônus pagos ou creditados à diretoria	93	393
Honorários de conselho de administração	261	324
Encargos sociais proporcionais	248	251
Total	1.234	1.447

Os créditos e/ou pagamentos efetuados seguiram as orientações do Parecer CODEC nº 057/2003, assim como do artigo 152, § 2º da Lei 6404/76; tendo sido adotados pela companhia, no caso dos bônus pagos à diretoria, apenas em relação aos atos societários concernentes ao exercício de 2015.

15. Patrocínios e Doações: A companhia, em conformidade ao que dispõe o Decreto estadual nº 61.700, de 9 de dezembro de 2015, efetuou dispêndios - dedutíveis do imposto de renda devido - de R\$ 1.400 (R\$ 1.115 em 31 de dezembro de 2015) a título de doações e patrocínios para: entidades indicadas pelas pastas: Secretaria da Cultura, Secretara da Saúde, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude; e, adicionalmente, ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Fundo Estadual do Idoso. **16. Gerenciamento de Riscos:** A companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos, não gerando, portanto, resultados a partir de atividades que possam ser classificadas como tipicamente operacionais.

Diretoria
Mario Engler Pinto Junior Tomás Bruginski de Paula Michael Sotelo Cerqueira

Contador
Rubens Alves Rezende Lima CRC 1SP234551/O-5/SP

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Resultado Abrangente, complementados por Notas Explicativas, e o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos daquele exercício, bem como a Proposta de Destinação do Lucro Líquido, a ser submetida a deliberação do Conselho de Administração. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimen-

tos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes UHY Moreira - Auditores, sem ressalvas, datado de 10 de fevereiro de 2017, este Colegiado é de Parecer que o mencionado Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Contábeis estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 20 de março de 2017.

Atilio Gerson Bertoldi - Conselheiro Fiscal	Roberto Yoshikazu Yamazaki - Conselheiro Fiscal
Célia Maria Silva Carvalho - Conselheira Fiscal	Thais Rey Grandizoli - Conselheira Fiscal

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da Companhia Paulista de Parcerias - CPP - São Paulo/SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Paulista de Parcerias - CPP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6.1, a Companhia possui créditos de IRPJ referentes ao ano calendário de 2006, não homologados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF. A Companhia apresentou recurso administrativo junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no qual procurou demonstrar a origem e a pertinência dos créditos. O recurso teve decisão proferida pelo CARF em 07/06/2016 determinando a realização de perícia acerca da qualidade dos referidos créditos. Os assessores jurídicos da Companhia, motivados principalmente pela qualidade dos documentos comprobatórios juntados ao processo, opinam favoravelmente a chance de ganho atribuída à Companhia. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia Paulista de Parcerias - CPP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia Paulista de Parcerias - CPP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Paulista de Parcerias - CPP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia Paulista de Parcerias - CPP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Paulista de Parcerias - CPP. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. · Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Paulista de Parcerias - CPP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2017.

UHY Moreira - Auditores
CRC 2 RS 3717 S SP

Heraldo S. S. de Barcellos - Contador
CRC 1 RS 11609 S SP - CNAI Nº 43 - Responsável Técnico